

ATA DA 007ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Angela Albino - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO JAILSON LIMA - Aborda a cassação do deputado Décio Góes; comenta investimentos para prevenção das cheias no alto vale.

DEPUTADO SERAFIM VENZON - Refere-se à necessidade da reforma tributária.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Comenta a reunião da Frente Parlamentar em Defesa do Comércio Varejista; aborda a concentração de impostos em Brasília.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Registra a entrega de equipamentos para a Segurança Pública em Chapecó.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura

da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Obrigado, sr. presidente. Gostaria de cumprimentar os deputados aqui presentes e os funcionários.

Quero fazer aqui, deputado Moacir Sopelsa e deputado Neodi Saretta, meu grande companheiro do Partido dos Trabalhadores, uma referência ao artigo escrito pelo eminente jornalista Moacir Pereira, na coluna de ontem, sobre a injustiça que foi feita com o nosso ex-companheiro, ex-deputado Décio Góes, na cidade de Criciúma. O nosso ex-deputado, que foi prefeito de Criciúma, foi cassado depois de ser reeleito naquele município, por causa da palavra feliz, na letra do seu *jingle*, também constante no hino da Festa das Nações.

O PMDB entrou com uma ação de pedido de cassação. O TRE cassou seu mandato de prefeito e o Supremo a referendou, num ato incompreensível de injustiça. Após esse acontecimento houve a emancipação da cidade do Rincão, onde Décio Góes tem uma casa, e transferiu seu título eleitoral, sendo novamente candidato a prefeito. Ganhou as eleições, porém o PMDB entrou com outro pedido de cassação porque o deputado Décio Góes havia sido incluído na Ficha Limpa. Então, cassaram novamente a eleição do nosso companheiro, de prefeito eleito do Rincão.

Uma nova eleição foi convocada para o dia 3 de março. E o deputado Décio Góes é candidato novamente a prefeito; registrou-se novamente. Mais uma vez começou a mesma novela, ou seja, o PMDB local entrou com um pedido de cassação. E agora o TRE de Florianópolis diz que o deputado pode ser candidato a prefeito. Então, lá teremos dois turnos: o

primeiro, quando ganhou a eleição e o segundo, porque está disputando novamente. Estou fazendo este pronunciamento porque isso é a essência e o conteúdo da matéria de um jornalista lúcido que fez uma leitura da incompreensão política e da injustiça da Justiça.

Estamos aqui desejando ao Décio Góes uma boa campanha nesta reta final, inclusive estamos indo para Criciúma hoje ajudá-lo, sabendo que nada melhor para uma cidade do que ter um candidato que já foi prefeito, ele que foi reeleito por ampla maioria, com mais de 60% dos votos, que é alguém que sabe planejar, é arquiteto, e está integrando com o plano do governo federal. Nada melhor para uma cidade do que ter um prefeito da qualidade do companheiro Décio Góes e com a sua capacidade de trabalho.

Por isso queria deixar o nosso abraço ao Décio Góes e dizer que estamos torcendo para que a Justiça seja feita nas urnas, pois depois das eleições o presidente da Câmara de Vereadores assumiu a prefeitura e já montou um primeiro time, inclusive trouxe para cargos de confiança alguns cabos eleitorais que na eleição passada apoiaram Décio Góes e depois trocaram a sua posição em decorrência de favores e de empregos, para eles mesmos ou para seus familiares.

Amanhã estará em Criciúma o nosso presidente nacional do PT, Rui Falcão, acompanhando o nosso candidato a prefeito de Criciúma, Fábrio Brezola, uma liderança jovem, nova, que finalmente acabou com as brigas e com as disputas naquela cidade e conseguiu construir consenso, um jovem empresário com uma grande maturidade, responsabilidade política e de gestão.

Então, o nosso presidente nacional do PT estará amanhã em Criciúma e nós estaremos acompanhando-o. Também gostaria de dizer que na última terça-feira estive no alto vale o nosso governador do estado - e digo nosso porque também é meu, foi eleito, apesar de eu não fazer parte da sua base de apoio -,

lançando as assinaturas e os investimentos na área de contenção de cheias para que possamos minimizar o sofrimento do alto vale, deputado Joares Ponticelli, v. exa. que é da região de Pouso Redondo, onde ficou claro que os investimentos serão: 50% a fundo perdido, vindos do governo federal, e a outra parte financiamentos do BNDES com 20 anos de carência e 2% de juros ao ano. E lá estavam vários prefeitos, como Jandir Bellini, de Itajaí e Paulo Eccel, de Brusque. Em suma, as gestões que estão envolvidas com o médio e o alto vale. São sete barragens ao todo, e investimentos que, nessa fase inicial, estarão em torno de R\$ 600 milhões.

E agora ainda para este ano pretende-se ter lá, pelo que foi colocado, a estação de telemetria para verificar, antecipadamente, as chuvas, as cheias e, principalmente, garantir uma certa segurança para os moradores da nossa região. E principalmente o início dos investimentos para a prevenção.

No início deste ano, quando a presidente Dilma Rousseff chamou os prefeitos deste Brasil e vários secretários e anunciou a entrega de uma retroescavadeira e uma patrula para cada município deste Brasil com menos de 50 mil habitantes, e em torno de 400 níveis de projetos com recursos e investimentos na ordem de infraestrutura física, humana e social, como os programas, deputado Ismael dos Santos, de combate ao crack e ao uso das drogas, ela deixou claro, ao citar três estados brasileiros, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio de Janeiro, a importância de obras de prevenção para as catástrofes climáticas. Ela citou o nosso estado porque aqui esteve e viu o que foi a tragédia que ocorreu há quase dois anos.

Então, fico feliz que, finalmente, deu-se um pontapé nessa bola de programas de prevenção, sabendo que daqui a 50 anos, pelos estudos da Jica, continuaremos tendo problemas pelas questões climáticas e sazonais. No entanto, isso nos garantirá uma certa tranquilidade. E se todos esses

investimentos tivessem sido feitos antes da última enchente, teríamos, no mínimo, 5m a menos no nível do rio nas nossas regiões de Rio do Sul e Blumenau.

No mais, quero desejar a todos um bom final de semana e, principalmente, dizer que neste país quem não acredita nele são os fantasmas. Neste país, com os investimentos que se está fazendo, está-se retirando cada vez mais pessoas da linha da miséria, pela postura firme da nossa presidente Dilma Rousseff.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Jailson Lima.

Com a palavra o deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação.

Quero, inicialmente, cumprimentar o presidente desta Casa e o presidente do Fórum, deputado Darci de Matos, que ontem promoveram o encontro de micro e pequenos empresários que pertencem ao Simples nacional de Santa Catarina, que vieram a esta Casa em grande número, mais de 500 empresários, justamente para debater esse assunto que altera a alíquota do ICMS em Santa Catarina. São empresários que pertencem ao Simples nacional e que compram produtos de outros estados para serem revendidos em Santa Catarina com um ICMS menor do que o nosso.

Quero me reportar a algumas situações que foram trazidas aqui e que são reais. Em Brusque, por exemplo, tivemos no final do mês passado, nesse início de ano o evento comercial que reúne centenas, milhares de empresários do Brasil inteiro que vão a Brusque para fazer contatos com pequenos empresários da área da confecção, ali consolidam inúmeros negócios, e durante o ano vão repassando o produto contratado, naturalmente, por um determinado preço.

E grande parte desses negócios são pagos antecipadamente.

Na questão de Brusque, nessa rodada de negócios, tivemos a venda de um milhão e trezentas mil peças, que correspondem a mais de R\$ 30 milhões já vendidos. Peças essas que já estão sendo produzidas e vendidas para muitos empresários de outros e do próprio estado, com um preço já prefixado e muitos deles até já pagos.

Ocorre que com essa adequação do ICMS para aqueles que pertencem ao Simples, vai acontecer uma alteração do preço que eles já pagaram, ou seja, vai significar um prejuízo real àqueles que já fizeram o negócio. Isso apareceu bem na discussão do assunto de ontem. E como bem disse o secretário da Fazenda, precisamos defender os interesses dos micros e pequenos empresários e também os interesses do governo, que tem seus compromissos sociais que precisam ser honrados. Esse é o momento em que se discute justamente esse equilíbrio e o bom senso, que é primordial.

Nesse momento, então, quero cumprimentar o presidente desta Casa e o presidente do Fórum Darci de Matos, e todos os deputados que participaram desse evento, que sem dúvida nenhuma é uma oportunidade de se discutir a questão tributária de Santa Catarina, a questão tributária do Brasil. Nós temos uma guerra fiscal instalada há muito tempo, com cada estado tentando descobrir maneiras para conseguir atrair empresas e comércios para vender um pouco mais, e com isso ganhar um tributo melhor.

Essa grande guerra fiscal é decorrente da falta de uma legislação única, de uma legislação tributária que já deveria estar aprovada, implantada. Há muito tempo, já vai para vinte anos quase, existem propostas no Congresso Nacional para serem aprovadas, mas por conta de alguns interesses, principalmente de estados maiores como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, que não desejam que essa reforma tributária, essa proposta, essa

equalização de reforma tributária seja aprovada, não saem do papel.

Naturalmente que acaba sendo arrolada, e com o tempo, tanto o governo federal quanto o governo estadual buscam alternativas, buscam entremeios na lei para conseguirem sobreviver, colocando alguma alteração na lei para cobrar os seus tributos.

Certamente, os outros estados, onde haverá interferência, também vão alterar as alíquotas do ICMS para diminuir a corrida entre um e outro, para diminuir esta guerra entre um estado e outro. É um momento em que se deve fazer uma grande discussão para que o Congresso Nacional aprove algumas, ou aprove uma proposta final, uma alternativa de reforma tributária para equalizar os tributos entre os estados e todo o Brasil.

Tudo isso poderia ser resolvido se o tributo passasse a ser cobrado no destino, onde é consumido, porque quem paga o imposto é o consumidor, todos estamos convictos disso. Ocorre que no Brasil inteiro o tributo é pago na origem, onde é produzido, e isso traz uma distorção e uma grande injustiça nacional. Quando o produto é feito em São Paulo e consumido em Santa Catarina, o tributo acaba sendo cotado lá em São Paulo e não em Santa Catarina.

Assim, inúmeros produtos produzidos aqui, no Paraná ou em São Paulo, consumidos nos estados do norte e nordeste, são pagos pelos consumidores de lá, no entanto o tributo é contabilizado aqui nos estados do sul, dando aquela falsa impressão de que o sul é que trabalha mais do que o nordeste, do que o norte, porque aqui produzimos e lá apenas são consumidos.

Quer dizer, hoje, a grande arte, muito mais do que produzir, é ter o mercado consumidor. Então, está chegando a hora de todos nos unirmos e fazermos pressão sobre o Congresso Nacional para que aprove as várias iniciativas de reforma tributária, para conseguirmos instituir justiça tributária, justiça

social, para que o tributo cumpra a sua finalidade. Para isso, o tributo deve essencialmente retornar àqueles que pagam, àqueles que de fato consomem, e não àqueles que produzem.

Seguramente, se fizermos esta alteração, que é importante, vai ser um grande avanço para o Brasil e estaremos promovendo justiça social.

Muito obrigado!

(SEM REVISAO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputado Serafim Venzon.

O próximo orador inscrito é o sr. deputado Darci de Matos, a quem concedemos a palavra por até 10 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, a Frente Parlamentar em Defesa do Comércio Varejista, que tem a participação de 18 deputados, promoveu ontem uma das maiores e mais importantes reuniões nesta Assembleia Legislativa.

Tivemos a presença de mais de 500 empresários representando as microempresas do estado de Santa Catarina, presidentes de entidades empresariais, 20 srs. parlamentares e a presença do secretário Antônio Gavazzoni, a quem agradeço pela presença. O presidente desta Casa também esteve presente e permaneceu todo o tempo dando apoio e participando dos debates.

Entendo ter sido essa reunião produtiva e esclarecedora. Fizemos um debate com divergências e convergências, e vamos dar continuidade a essa reunião na audiência, deputada Angela Albino, que irá acontecer no dia 26 de fevereiro, às 10h30, no Centro Administrativo, com a presença do secretário Antônio Gavazzoni e de presidentes de entidades. Todos os parlamentares estão convidados.

Tenho esperança e acredito, deputado Ismael dos Santos, que iniciamos ontem a construção de uma alternativa, de uma saída para valorizar, preservar

as microempresas de Santa Catarina, que seguram a nossa economia, sem perder de vista o problema do estado de Santa Catarina, cuja arrecadação cai a cada dia que passa.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Concedo um aparte ao deputado Ismael dos Santos.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Deputado Darci de Matos, quero parabenizá-lo pela realização e pela forma extremamente determinada de conduzir a reunião. Até fiquei um pouco preocupado porque quando adentrei ao recinto, por acaso ouvi dois empresários conversando entre si e um dizia para o outro: "Eu aposto com você uma caixa de uísque que o Gavazzoni não virá".

Felizmente o nosso secretário da Fazenda veio, foi extremamente coerente e sensato nas suas colocações, e estamos juntos, deputado Darci de Matos, torcendo para que de fato tenhamos um desfecho positivo para Santa Catarina porque é isso que o governo e os catarinenses querem.

Parabéns pela sua atuação!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Obrigado, deputado Ismael dos Santos. Quero agradecer a todos os deputados que estiveram presentes no evento, à deputada Angela Albino que esteve presente e se pronunciou, enfim, a todos que participaram.

Deputado Ismael dos Santos, quero fazer aqui duas observações: enaltecer, elogiar a grande mobilização das entidades empresarias e dos empresários que representam as microempresas de Santa Catarina. Foi a reunião mais representativa de uma frente parlamentar que vi na história do Parlamento catarinense.

Então, os empresários mobilizados, organizados, fizeram uma exposição esclarecedora, e temos que respeitar, sim, a importância que têm as microempresas para a economia de Santa Catarina.

Por outro lado, quero fazer menção à presença

corajosa, transparente do secretário Antônio Gavazzoni. Quer dizer, o governo se dispõe a debater, a discutir com os catarinenses, com os empresários que representam as microempresas esta questão do Decreto n. 1.357/2013.

É desta forma que vamos avançar e construir uma alternativa, debatendo, discutindo e buscando o entendimento. Essa é a característica, essa é a cara do estado de Santa Catarina.

Mas, sr. presidente, trago, deputado Ismael dos Santos, deputado Neodi Saretta, a preocupação com a concentração dos impostos em Brasília. Isso não foi criado pela presidente Dilma Rousseff, isso vem de muitos anos, de muitas décadas, de muitos séculos, deputado Mauro de Nadal. Externo a minha preocupação com a ação do governo federal nos últimos anos. Vejamos: no ano passado foi aprovada a Resolução n. 13, que tirou R\$ 600 milhões por ano do caixa de Santa Catarina, o que vai eliminar em torno de oito mil em postos de trabalho no estado. Isso é fato e nos preocupa. Claro, a presidente Dilma Rousseff consegue empréstimos do BNDES para o estado, mas são empréstimos.

Agora está no Congresso Nacional a medida provisória do governo federal e vou ler a declaração do ministro Mantega.

(Passa a ler.)

"O ministro da fazenda, Guido Mantega, propôs a unificação do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS) interestadual para acabar com a guerra fiscal entre os estados. A alíquota seria unificada em 4% para todas as mercadorias que passam de uma unidade da Federação para outra. Atualmente o imposto é de 7% ou 12% dependendo do estado de origem da mercadoria."

O que significa isso, deputada Angela Albino? Significa uma tragédia para os estados produtores, como é o caso de Santa Catarina. Essa resolução vai quebrar Santa Catarina. Essa é a grande verdade. E temos que enfrentar esse debate. Em contrapartida,

deputado Neodi Saretta, vai criar um fundo para compensar os estados. Então, o objetivo é fortalecer cada vez mais a união. Quer dizer, você enfraquece os estados, os municípios e cria um fundo para compensar os estados que vão ser atingidos diretamente, principalmente os produtores, como é o caso deste estado. Aí vamos ficar à deriva, subordinados e com o pires na mão, pedindo recursos para a presidente Dilma Rousseff.

Essa é a reflexão que faço, porque o problema do Brasil é a concentração da renda; é o chamado Pacto Federativo que não acontece; é a reforma tributária que todo mundo defende e não acontece. Já estamos falando de 70% de impostos, da escorchante carga tributária que chega a 40% da nossa economia, que permanece nas mãos da união, da presidente da República. Quer dizer, 13% ficam nos municípios e 19% nas mãos do estado, mas a vida acontece nos municípios. No Canadá, na Alemanha e nos Estados Unidos ocorre o inverso, a maior fatia do bolo permanece no município.

Essa é a reflexão que devemos fazer, com essa resolução que está no Senado, com a Resolução n. 13, que está empobrecendo os estados e, sobretudo, os municípios. Quem sabe possamos, todos os partidos, mas principalmente o Partido dos Trabalhadores, buscar uma interação com os deputados federais, com os senadores para que essa resolução não venha a ser aprovada, porque a aprovação dessa resolução que está no Congresso Nacional vai significar definitivamente o fim, a quebradeira, a falência definitiva dos estados produtores, inclusive Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra a deputada Luciane Carminatti, por dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados e público

que nos acompanha pela TVAL.

Quero dizer que no dia de ontem, paralelo à sessão que aconteceu na quarta-feira, tivemos um ato muito importante na cidade de Chapecó, inclusive me desloquei para lá, assim como o deputado Gelson Merisio. Logo, não poderia deixar de trazer aqui, nesta Tribuna, as informações que foram veiculadas no referido município.

Tratou-se da entrega de equipamentos para a Segurança Pública através do programa Enafron - Estratégia Nacional de Segurança nas Fronteiras, em Santa Catarina. É um programa do governo federal, da secretaria nacional de Segurança Pública, vinculada ao ministério da Justiça, que passa a disponibilizar para as regiões de fronteira, como é o caso do extremo oeste catarinense, que faz divisa com o Paraná e Argentina, recursos significativos destinados a viaturas, equipamentos para as polícias como rádio para comunicação, bem como toda estrutura de armamentos e assim por diante. Foi um ato bastante importante.

O programa Enafron será feito em quatro etapas. Nesta primeira etapa foram entregues R\$ 3.430.251,00 para estruturar os núcleos integrados de inteligência de fronteira e aporte de viaturas e equipamentos para a Polícia Militar, Civil e o Instituto Geral de Perícias. Também em edital já foram anunciadas a segunda e terceira etapas, Enafron II e III, que vão reequipar e modernizar tecnologicamente as unidades especializadas de toda linha de fronteira: Polícias Militar, Civil, IGP, Rodoviária e Ambiental. E o Enafron III destinará R\$ 4,5 milhões para aquisição de uma aeronave, helicóptero, que vai ser instalado numa base avançada de Polícia de fronteira na região oeste de Santa Catarina, mais especificamente em Chapecó. Já o Enafron IV fará a destinação de R\$ 12.559.529,00 para implementação da migração do modelo de rádio de comunicação analógica para digital em toda extensão da faixa de fronteira do estado catarinense,

incluindo o município de Chapecó.

Por isso, fiquei muito feliz como parlamentar em perceber que ao contrário do que acontecia em governos anteriores, quando se dizia que a Segurança Pública é apenas uma responsabilidade constitucional do governo do estado, nós temos uma perspectiva diferente quando o governo federal, através da secretaria nacional de Segurança Pública, traz recursos aos municípios e aos estados brasileiros.

E é importante destacar a presença, diria que quase inovadora, das diferentes polícias, como já citei, neste ato. Não é incomum termos anúncios de recursos e de programas na área da Segurança Pública integrando as polícias, mas é a primeira vez, que me lembre, de ver no mesmo espaço as Polícias Civil, Militar, Ambiental, Rodoviária e o Corpo de Bombeiros. Fiquei muito feliz, como deputada, em perceber que o governo federal tem essa perspectiva de integração das polícias e esse é o caminho. O próprio governador, Raimundo Colombo; o secretário de Segurança Pública, o director-geral da Polícia Civil e o coronel do Corpo de Bombeiros estavam presentes, todos enaltecendo esse modelo de integração das polícias.

É desafiador pensarmos na integração das polícias na região de fronteira. Todos nós sabemos que é pelas fronteiras do nosso país, deputado Volnei Morastoni, que entram as drogas, por exemplo. E a própria secretária nacional de Segurança Pública dizia, deputado Ismael dos Santos, os Estados Unidos têm três mil quilômetros de fronteira e têm muitas dificuldades em garantir a segurança mesmo tendo essa extensão, agora, imaginem o Brasil com 17 mil quilômetros de fronteira. Se os Estados Unidos têm dificuldades com três mil quilômetros, com um muro que divide os Estados Unidos e o México, e mesmo assim existem muitos problemas e a droga também entra, imaginem o Brasil com 17 mil quilômetros de fronteira. Então, é um grande desafio para a nação brasileira.

Saí daquele encontro muito otimista com esta perspectiva. Todos nós sabemos o que aconteceu em nosso estado, os mais de 100 atentados em inúmeras cidades do litoral e do interior. E neste momento tão fragilizado do ponto de vista da insegurança que causam esses crimes, temos a notícia de um programa tão bom como esse, que integra as diferentes polícias do nosso país.

Acredito que só conseguiremos avançar numa política de segurança pública se de fato os governos se entenderem, as polícias conversarem, dialogarem, se os policiais militares, civis, Corpo de Bombeiros, Polícia Ambiental, Polícia Rodoviária, forem respeitados, forem ouvidos e tiverem um plano de carreira decente que os estimule a continuar colocando sua vida na trincheira do crime para defender as famílias e a população de Santa Catarina.

Então, quero tecer meus elogios a esse programa, temos certeza de que este é o caminho. O caminho é o diálogo, o fortalecimento das polícias. O caminho é os governos não partidarem a política e a Polícia. Ou seja, conseguirmos ações republicanas, independentemente de quem é o governador, de quem é o prefeito, precisamos garantir investimentos na segurança pública. E acho que o nosso governo federal deu demonstração clara de que faz isso com muito brilhantismo.

Parabéns a todos os que estão envolvidos neste espírito de polícia e segurança pública. Como deputada do oeste de Santa Catarina, de Chapecó, quero dizer que vamos continuar cobrando mais segurança para todas as regiões do estado. Vamos continuar perseguindo a ideia da integração, do diálogo e do respeito aos bons profissionais que existem na segurança pública. Aqueles que não são bons, que saiam da corporação e deixem os bons trabalharem e terem, quem sabe um dia, o reconhecimento salarial e de carreira por esta belíssima profissão que é tão importante para a

garantia da segurança de todos.

Então, deixo o nosso reconhecimento. Estamos felizes com este programa.

Muito obrigada, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, o primeiro horário pertence ao PMDB.

(Pausa)

Na desistência do PMDB, passaremos ao horário destinado ao Partido dos Trabalhadores.

(Pausa)

Na desistência do Partido dos Trabalhadores, passaremos ao horário destinado ao PSDB.

(Pausa)

Na desistência do PSDB, passaremos ao horário destinado ao PTB.

(Pausa)

Na desistência do PTB, passaremos ao horário destinado ao PP.

(Pausa)

Na desistência do PP, passaremos ao horário destinado ao PSD.

(Pausa)

Na desistência do PSD, encerramos o horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que será encaminhada ao destinatário a Indicação n. 0031/2013, de autoria do deputado Reno Caramori, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Discussão e votação do Pedido de Informação n. 0004/2013, de autoria do deputado José Nei Ascari, a ser enviado aos secretários da Casa Civil, da Fazenda e da Assistência Social, Trabalho e Renda, solicitando informações sobre as razões do não cumprimento dos termos das Leis n.s: 15.390/10 e 15.588/11.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, Ordinária, para terça-feira, no horário regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

